

Contribuição para a Consulta Pública 152/2023 - Prorrogação de Concessões Vincendas de Distribuição de Energia Elétrica

Introdução

O Instituto Pólis tem a honra de contribuir com a Consulta Pública 152/2023 do Ministério de Minas e Energia (MME) sobre as diretrizes para a prorrogação de concessões vincendas de distribuição de energia elétrica. Reconhecendo a importância vital do setor de distribuição de energia elétrica e seu impacto direto na vida das comunidades brasileiras, nosso compromisso é promover a construção de uma política mais inclusiva, eficiente e alinhada com as necessidades da sociedade.

Enfatizamos a relevância de um debate amplo e com a participação ativa da sociedade e dos consumidores. A Consulta Pública é um primeiro passo significativo para envolver a população e organizações da sociedade civil no processo de tomada de decisão. Contudo, consideramos que, dada a importância dessa temática para milhões de brasileiros, é fundamental buscar outras formas de ampliar a participação popular no delineamento dessas diretrizes. A voz dos cidadãos, especialmente das comunidades diretamente impactadas pela distribuição de energia elétrica, deve ser ouvida e considerada de forma abrangente e significativa para garantir um processo decisório transparente e participativo.

As sugestões apresentadas pelo Instituto Pólis foram embasadas tecnicamente e visam a contribuir para a redução da pobreza energética, o desenvolvimento social, a inclusão de populações vulneráveis, a geração de empregos, a promoção da

eficiência energética e uma transição energética justa e popular. Nossa missão é buscar soluções que beneficiem diretamente a população brasileira, permitindo o acesso justo e equitativo à energia elétrica em todo o país. Colaborando com o MME e as distribuidoras de energia elétrica, nosso objetivo é promover um debate inclusivo, aberto e transparente, que resulte em uma política de prorrogação de concessões mais justa e sustentável, atendendo aos interesses coletivos e aos anseios da sociedade em relação ao setor elétrico. Além da Consulta Pública, é essencial buscar outras estratégias de engajamento social para garantir a representatividade e efetividade das decisões tomadas, consolidando, assim, um sistema elétrico mais responsável e acessível a todos os brasileiros.

No contexto da justiça energética, o Instituto Pólís tem se dedicado à implementação de projetos e estudos que enfatizam a importância de ações inclusivas e sustentáveis no acesso à energia. Dentre as iniciativas desenvolvidas, destacam-se o projeto "Coletivo de Energia Solar", o estudo sobre "Gás na Justiça Energética" e "Justiça Energética nas Cidades Brasileiras, o que se reivindica?". Esses projetos evidenciam a relevância de medidas que garantam o acesso equitativo aos recursos energéticos e promovam a eficiência energética como pilares essenciais para a construção de uma sociedade mais igualitária e sustentável. Por meio dessas ações, o Instituto Pólís busca contribuir significativamente para a promoção da justiça energética no Brasil, assegurando que a distribuição de energia elétrica atenda às demandas e necessidades da população, especialmente das comunidades mais vulneráveis.

Acreditamos que a Consulta Pública representa uma oportunidade ímpar de dialogar com a sociedade e o poder

público sobre as diretrizes que nortearão a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica. Nesse sentido, o Instituto Pólís tem o compromisso de contribuir com propostas sólidas e embasadas tecnicamente, visando o desenvolvimento de políticas efetivas que contemplem os anseios da população e garantam a eficiência, equidade e responsabilidade socioambiental no setor energético brasileiro.

Nas próximas seções, apresentaremos as sugestões do Instituto Pólís para contrapartidas sociais na prorrogação das concessões, buscando alinhar-se às políticas públicas nacionais e internacionais que visam à promoção da justiça energética e ao bem-estar coletivo.

1. Contextualização

O setor de distribuição de energia elétrica é de extrema relevância para a sociedade brasileira, garantindo o suprimento contínuo de eletricidade para diversas regiões do país. Entretanto, para a formulação de políticas públicas eficientes e a tomada de decisões embasadas, é fundamental contar com dados regionalizados que permitam uma análise mais detalhada dos desafios enfrentados em cada localidade.

Infelizmente, apesar da importância dessas informações, deparamo-nos com uma preocupante lacuna de dados regionalizados relacionados à distribuição de energia elétrica. Embora existam dados gerais sobre a qualidade do serviço, como mencionado anteriormente, não há uma granulometria adequada que forneça informações específicas sobre a distribuição das inadimplências, perdas técnicas e comerciais,

queima de aparelhos e acidentes com a rede elétrica em diferentes áreas do país.

Essa falta de dados detalhados limita a compreensão dos reais desafios enfrentados pelas comunidades em relação à distribuição de energia elétrica, impedindo uma abordagem precisa e direcionada para solucionar esses problemas de forma efetiva. A ausência de informações regionalizadas prejudica tanto o poder público na formulação de políticas específicas, quanto as próprias concessionárias na identificação das áreas onde é necessário implementar melhorias.

Dessa forma, é essencial que haja um esforço conjunto para coletar, organizar e disponibilizar dados regionalizados de qualidade, a fim de subsidiar a tomada de decisões estratégicas e a implementação de políticas mais justas e inclusivas. Essas informações são vitais para o desenvolvimento de ações mais precisas e eficazes, direcionando recursos e esforços para as áreas mais necessitadas e, assim, promovendo uma distribuição mais equitativa dos benefícios do setor elétrico.

Diante desse cenário, é imprescindível que as concessionárias de distribuição de energia elétrica colaborem com a divulgação de dados regionalizados e transparentes, possibilitando uma análise detalhada e uma melhor compreensão das demandas e desafios enfrentados pelas comunidades em todo o território nacional.

Portanto, ao considerar a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, é fundamental que essa questão da falta de dados regionalizados seja levada em conta, buscando incentivar e exigir que as concessionárias forneçam informações

detalhadas sobre inadimplência, perdas, acidentes e outros indicadores relevantes. Essa abordagem permitirá que as políticas públicas e ações sejam mais bem direcionadas, atendendo às necessidades específicas de cada região e promovendo um setor elétrico mais eficiente, seguro e inclusivo para todos os cidadãos brasileiros.

2. Impacto das Contrapartidas Sociais

As contrapartidas sociais propostas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) desempenham um papel fundamental na garantia de que a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica seja verdadeiramente benéfica para toda a sociedade brasileira. Essas medidas visam não apenas assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pelas distribuidoras, mas também promover melhorias significativas em diversos aspectos do setor, impactando positivamente a vida das comunidades atendidas.

2.1. Eficiência Energética

Um dos principais impactos das contrapartidas sociais está na promoção da eficiência energética. Com a implementação de projetos e iniciativas que visam à otimização do uso da energia elétrica, é possível reduzir o desperdício e o consumo excessivo de eletricidade.

Ações voltadas à eficiência energética, como a modernização da infraestrutura de distribuição e a troca de equipamentos obsoletos por outros mais eficientes, contribuem para a sustentabilidade do setor elétrico e para a preservação dos

recursos naturais, além de resultarem em tarifas mais acessíveis para a população.

Nesse contexto, é fundamental que as concessionárias utilizem ferramentas como o "Balanco de Energia Útil" (BEU). O BEU é uma análise detalhada do fluxo de energia ao longo do sistema elétrico, desde a geração até o consumo final, que permite identificar possíveis perdas e ineficiências ao longo da cadeia de distribuição. Com o BEU, é possível desenvolver estratégias para minimizar essas perdas e otimizar a eficiência do sistema de distribuição de energia elétrica.

Além disso, como medida para combater a pobreza energética e promover a inclusão social, sugere-se que as concessionárias concedam incentivos à geração distribuída, especialmente voltados para consumidores de baixa renda com dificuldades no pagamento de suas contas. Essa abordagem permite que essas famílias produzam parte da energia que consomem, reduzindo suas despesas com eletricidade e melhorando sua capacidade de acesso aos serviços essenciais.

Ao estimular a adoção de sistemas de geração distribuída por parte dos consumidores de baixa renda, as concessionárias contribuem para a redução da pobreza energética, proporcionando um ambiente mais equitativo e sustentável para todos os cidadãos. Essa iniciativa pode trazer benefícios diretos à população, auxiliando no enfrentamento das desigualdades energéticas e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades mais vulneráveis.

Portanto, ao adotar medidas que promovam a eficiência energética e incentivem a geração distribuída para consumidores

de baixa renda, as concessionárias têm a oportunidade de potencializar os impactos positivos das contrapartidas sociais, tornando o setor elétrico mais inclusivo, responsável e alinhado com as necessidades de toda a sociedade.

2.2. Melhoria do Atendimento

Outro impacto relevante das contrapartidas sociais é a melhoria do atendimento aos consumidores. Com medidas que incentivem o aprimoramento dos serviços prestados pelas distribuidoras, como a redução dos prazos de resposta a solicitações e o aperfeiçoamento dos canais de comunicação com os usuários, é possível elevar a satisfação dos clientes e a qualidade do atendimento.

Essas ações são essenciais para garantir que as comunidades tenham acesso a informações claras sobre seus direitos e deveres como consumidores de energia elétrica, bem como para solucionar eventuais problemas de forma ágil e eficiente. Dessa forma, o estabelecimento de contrapartidas sociais focadas na melhoria do atendimento promove uma relação mais transparente e confiável entre as distribuidoras e os cidadãos, fortalecendo a confiança no setor elétrico como um todo.

2.3. Benefícios Diretos à População

As contrapartidas sociais têm como objetivo central proporcionar benefícios diretos à população, especialmente às camadas mais vulneráveis da sociedade. Ao direcionar recursos para a implementação de projetos que atendam às necessidades das comunidades, como a criação de programas de tarifa social, a expansão do acesso à energia em áreas rurais

e a oferta de serviços de atendimento ao consumidor em locais de difícil acesso, é possível promover a inclusão social e reduzir as desigualdades no acesso aos serviços de energia elétrica.

Além disso, ao incentivar a capacitação e contratação de mão de obra local e priorizar o atendimento a regiões de baixa renda, as contrapartidas sociais contribuem para a geração de empregos e para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades, impulsionando o bem-estar coletivo e fortalecendo os laços entre a população e as distribuidoras.

Em suma, a implementação efetiva das contrapartidas sociais propostas pelo MME traz consigo um conjunto de benefícios que vão além do âmbito energético, alcançando impactos positivos na sustentabilidade ambiental, na satisfação do consumidor e na promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Essas medidas são fundamentais para assegurar que a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica atenda aos interesses da coletividade, garantindo o acesso equitativo a um serviço essencial para o desenvolvimento e qualidade de vida de todos os brasileiros e brasileiras.

3. Sugestões de Contrapartidas Sociais

Como Instituto Pólis, apresentamos a seguir algumas propostas concretas, embasadas tecnicamente, para as contrapartidas sociais que as distribuidoras podem implementar durante o processo de prorrogação das concessões de energia elétrica. Essas sugestões buscam atender às demandas populares e aprimorar a qualidade dos serviços de distribuição, promovendo uma distribuição mais equitativa dos benefícios do setor elétrico e o combate à pobreza energética.

3.1. Eficiência Energética

Propomos a eficiência energética por meio da modernização da infraestrutura de distribuição e da troca de equipamentos obsoletos por outros mais eficientes. Além disso, sugerimos incentivos ao uso consciente da energia pelos consumidores, por meio de campanhas de educação e orientação sobre práticas de economia de energia.

Ações voltadas à eficiência energética contribuem para a sustentabilidade do setor elétrico, a preservação dos recursos naturais e a redução das emissões de gases de efeito estufa. Ademais, ao tornar a distribuição de energia mais eficiente, as concessionárias podem oferecer tarifas mais acessíveis para a população.

3.2. Geração Distribuída para Consumidores de Baixa Renda

Sugerimos que as distribuidoras concedam incentivos à geração distribuída, especialmente voltados para consumidores de baixa renda com dificuldades no pagamento de suas contas de energia. Essa medida é uma resposta direta à pobreza energética, permitindo que essas famílias produzam parte da energia que consomem e reduzam suas despesas com eletricidade.

Essa ação pode ser realizada por meio da instalação de sistemas fotovoltaicos nos domicílios dos consumidores de baixa renda, possibilitando a geração de energia limpa e renovável. Essa energia excedente pode ser injetada na rede

elétrica, gerando créditos que são compensados na fatura do consumidor. Dessa forma, os beneficiários têm a oportunidade de reduzir seus gastos com energia e melhorar sua capacidade de acesso aos serviços essenciais.

3.3. Posto Comunitário de Luz

Propomos a criação de Postos Comunitários de Luz em áreas de maior vulnerabilidade social, inspirada na pesquisa “Justiça Hídrica e Energética nas Favelas”, uma iniciativa da Rede Favela Sustentável e do Painel Unificador das Favelas. Esses postos seriam espaços físicos nas comunidades que funcionariam como centros de atendimento ao consumidor e de educação sobre o uso eficiente da energia. Além disso, poderiam oferecer serviços como a troca de lâmpadas incandescentes por LED, mais eficientes e econômicas, em parceria com as distribuidoras.

Essa iniciativa permitiria maior proximidade entre as distribuidoras e a população, possibilitando uma comunicação mais efetiva e atendendo às necessidades específicas de cada comunidade. Além disso, contribuiria para a disseminação de práticas de consumo consciente e para a redução do desperdício de energia, gerando benefícios tanto para os consumidores como para o setor elétrico em geral.

3.4. Contratação de Eletricistas Locais

Outra proposta relevante, inspirada na pesquisa “Justiça Hídrica e Energética nas Favelas”, é a contratação de eletricistas locais, preferencialmente residentes nas comunidades atendidas pelas distribuidoras. Essa medida visa incentivar a geração de

empregos nas próprias regiões de atuação das concessionárias, além de promover a capacitação de mão de obra local para atuar na manutenção e expansão da rede elétrica.

Ao investir na formação e no trabalho de eletricitas locais, as distribuidoras podem garantir maior agilidade na solução de problemas e atendimentos emergenciais, contribuindo para a melhoria da qualidade do serviço prestado. Além disso, essa iniciativa fortalece os laços entre as distribuidoras e as comunidades, fomentando a confiança e o envolvimento da população no processo de distribuição de energia elétrica.

Portanto, ao adotar essas medidas embasadas tecnicamente, as distribuidoras podem ampliar os impactos positivos das contrapartidas sociais, fortalecendo a relação com a comunidade, promovendo uma distribuição mais justa dos benefícios do setor elétrico e contribuindo para a construção de um sistema energético mais responsável, acessível e alinhado com as necessidades da sociedade.

4. Impacto Social e Econômico

As contrapartidas sociais propostas pelo Instituto Pólis têm o potencial de trazer impactos positivos significativos para as comunidades e a economia local. Ao serem implementadas pelas distribuidoras de energia elétrica, essas sugestões visam abordar questões cruciais, como a redução da pobreza energética, o desenvolvimento social, a inclusão de populações vulneráveis e o aumento da qualidade de vida. Abaixo, destacamos os potenciais impactos positivos de cada sugestão, ressaltando como essas medidas podem transformar

positivamente o setor elétrico, tornando-o mais inclusivo e alinhado com as necessidades da sociedade brasileira.

4.1. Redução da Pobreza Energética

Uma das principais consequências positivas das contrapartidas sociais propostas pelo Instituto Pólis é a redução da pobreza energética nas comunidades atendidas pelas distribuidoras de energia elétrica. A implementação de incentivos à geração distribuída para consumidores de baixa renda possibilita que essas famílias produzam parte de sua própria energia, reduzindo suas despesas e, assim, aliviando o ônus financeiro relacionado ao consumo elétrico.

A pobreza energética é um problema relevante em muitas regiões do Brasil, impactando negativamente as famílias de baixa renda, que enfrentam dificuldades para pagar suas contas de energia e, em muitos casos, têm seu fornecimento cortado. Ao promover a geração distribuída nessas comunidades, as distribuidoras fornecem uma solução concreta para o enfrentamento desse desafio, possibilitando que os beneficiários tenham acesso a uma fonte de energia limpa e mais acessível.

4.2. Desenvolvimento Social

Além da redução da pobreza energética, a criação de Postos Comunitários de Luz e a promoção da eficiência energética também contribuem para o desenvolvimento social das comunidades. Ao estabelecer espaços de atendimento e educação sobre o uso consciente da energia, essas iniciativas capacitam os consumidores e fomentam o diálogo entre as distribuidoras e a população local.

Através do acesso a informações sobre energia elétrica, os consumidores podem tomar decisões mais conscientes e responsáveis em relação ao consumo, impactando diretamente em suas despesas e contribuindo para a construção de uma sociedade mais sustentável e economicamente equitativa.

4.3. Geração de Empregos

A contratação de eletricitistas locais pelas distribuidoras também desempenha um papel relevante na promoção da inclusão social e na geração de empregos. Essa medida representa uma oportunidade concreta para a população local ingressar no mercado de trabalho, especialmente em regiões com altos índices de desemprego ou de vulnerabilidade social.

Ao investir na formação e capacitação desses profissionais, as distribuidoras não apenas contribuem para o desenvolvimento econômico das comunidades, mas também estimulam o fortalecimento das habilidades técnicas e profissionais dos eletricitistas locais, permitindo que eles exerçam um papel mais ativo e relevante no setor elétrico.

4.4. Inclusão de Populações Vulneráveis

A criação de Postos Comunitários de Luz, a promoção da eficiência energética e a oferta de incentivos à geração distribuída têm como foco central a inclusão de populações vulneráveis. Essas medidas visam a diminuir as desigualdades energéticas, combatendo a pobreza energética e proporcionando um acesso mais igualitário aos serviços de energia elétrica.

Ao fortalecer a conexão entre as distribuidoras e as comunidades atendidas, essas iniciativas reforçam o compromisso social das concessionárias com o bem-estar e a qualidade de vida da população. Isso contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e solidária, onde todos os cidadãos têm acesso a serviços essenciais, como a energia elétrica, de forma digna e sustentável.

4.5. Aumento da Qualidade de Vida

As ações de eficiência energética e a geração distribuída têm um impacto direto no aumento da qualidade de vida das comunidades. A modernização da infraestrutura de distribuição e o incentivo ao uso consciente da energia reduzem interrupções no fornecimento, melhoram a confiabilidade do serviço e diminuem os cortes por inadimplência.

Além disso, a geração distribuída proporciona maior autonomia energética aos consumidores, garantindo acesso contínuo à energia, mesmo em situações de emergência. Isso impacta positivamente na qualidade de vida das famílias, proporcionando maior estabilidade e segurança.

Portanto, a implementação das contrapartidas sociais embasadas tecnicamente pelo Instituto Pólís representa uma contribuição significativa para a redução da pobreza energética, o desenvolvimento social, a inclusão de populações vulneráveis e o aumento da qualidade de vida. Ao agir em conjunto com as distribuidoras de energia elétrica, o Instituto Pólís reforça seu compromisso com a justiça energética e o bem-estar da sociedade brasileira, promovendo um sistema elétrico mais

acessível, responsável e alinhado com as necessidades de toda a população.

5. Alinhamento com as Políticas Públicas

As sugestões de contrapartidas sociais apresentadas pelo Instituto Pólis estão em consonância com políticas públicas nacionais e internacionais relacionadas à eficiência energética, desenvolvimento sustentável e redução das desigualdades. Ao promoverem a eficiência energética, a geração distribuída e a inclusão social, essas medidas estão alinhadas com diversos objetivos e compromissos estabelecidos em âmbito governamental e internacional.

5.1. Eficiência Energética e Desenvolvimento Sustentável

A promoção da eficiência energética, por meio da modernização da infraestrutura de distribuição, da troca de equipamentos obsoletos e do incentivo ao uso consciente da energia, está em conformidade com as políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Tais medidas estão em linha com a Agenda 2030 da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 7, que visa garantir acesso a energia limpa, acessível, sustentável e moderna para todos.

O alinhamento com as políticas de eficiência energética também encontra respaldo em programas governamentais, como o Programa Minha Casa Minha Vida. O recente caso de inclusão da geração distribuída (GD) como uma das tecnologias sustentáveis contempladas no programa habitacional é um exemplo claro desse direcionamento. Essa iniciativa incentiva a instalação de sistemas fotovoltaicos em residências de baixa renda,

permitindo que os beneficiários gerem sua própria energia e reduzam suas despesas com eletricidade.

5.2. Redução das Desigualdades e Inclusão Social

As sugestões do Instituto Pólis para a criação de Postos Comunitários de Luz e a concessão de incentivos à geração distribuída para consumidores de baixa renda estão diretamente alinhadas com as políticas de redução das desigualdades e inclusão social. Essas medidas visam atender às necessidades das populações mais vulneráveis, combatendo a pobreza energética e proporcionando um acesso mais justo e equitativo aos serviços de energia elétrica.

Além do programa Minha Casa Minha Vida, outras políticas públicas no Brasil, como o Programa Bolsa Família e o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos), também têm o objetivo de promover a inclusão e garantir que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços essenciais. As sugestões do Instituto Pólis se alinham perfeitamente com esses esforços governamentais, ampliando o escopo de atuação das distribuidoras e reforçando o compromisso com a justiça energética e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Portanto, é notório que as propostas de contrapartidas sociais apresentadas pelo Instituto Pólis estão em perfeita sintonia com as políticas públicas nacionais e internacionais relacionadas à eficiência energética, desenvolvimento sustentável e redução das desigualdades. Ao fomentar ações que impulsionam a transição energética, o acesso à energia limpa e a inclusão social, essas sugestões contribuem para a construção de um

setor elétrico mais responsável, sustentável e acessível, refletindo os anseios da sociedade por uma energia mais justa e equitativa para todos os brasileiros.

6. Considerações Finais

O Instituto Pólís reforça o seu compromisso em colaborar ativamente com o Ministério de Minas e Energia e as distribuidoras de energia elétrica no desenvolvimento de uma política de prorrogação de concessões que seja verdadeiramente inclusiva, eficiente e alinhada com as necessidades da sociedade brasileira. As sugestões apresentadas neste documento foram elaboradas com base em rigorosas análises técnicas e têm como objetivo primordial a promoção da justiça energética, a melhoria da qualidade de vida das comunidades e o desenvolvimento sustentável do país.

Acreditamos que o diálogo contínuo entre o setor público, as concessionárias e a sociedade civil é essencial para o aprimoramento das políticas energéticas e para a construção de um sistema elétrico mais resiliente e acessível a todos. Nesse sentido, estamos comprometidos em contribuir com a expertise do Instituto Pólís e em oferecer todo o apoio necessário para embasar tecnicamente as decisões tomadas nesse processo.

É fundamental que as contrapartidas sociais propostas sejam implementadas de forma consistente e abrangente, considerando as diferentes realidades e necessidades das comunidades atendidas pelas distribuidoras. Ao priorizar a redução da pobreza energética, o desenvolvimento social, a geração de empregos, a inclusão de populações vulneráveis e a promoção da eficiência energética, as concessões de energia

elétrica têm a oportunidade de exercer um papel relevante na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Reiteramos nosso compromisso em trabalhar em conjunto com as autoridades governamentais e as concessionárias para avançar nessa jornada rumo a um setor elétrico mais inclusivo e eficiente. Acreditamos que, através de um esforço conjunto, poderemos alcançar resultados significativos e construir um futuro energético mais promissor para todos os brasileiros. O Instituto Pólís está à disposição para colaborar, oferecendo soluções embasadas em conhecimento técnico e científico, visando o bem comum e a busca de um desenvolvimento energético sustentável para o Brasil.

Anexos

Estudo justiça energética nas cidades brasileiras, o que se reivindica?

Desenvolvido pelo Instituto Pólís, com apoio do Instituto Clima e Sociedade. Acesso em: [justiça energética nas cidades brasileiras, o que se reivindica? - Instituto Pólís](#)

Estudo o gás na justiça energética

Desenvolvido pelo Instituto Pólís, com apoio do Instituto Clima e Sociedade.

Acesso em: [gás na justiça energética](#)

Projeto Transição Justa Como Resposta À Pobreza Energética.

Realizado pelo Instituto Pólís, com parceria de fomento do

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP) e apoio do Energy Transition Fund (ETF). Acesso em: [coletivo de energia solar já é uma realidade! - Instituto Pólis](#)

Pesquisa “Justiça hídrica e energética nas favelas: pesquisadores dos territórios levantam dados evidenciando a desigualdade e convocando para ação”

Iniciativa da Rede Favela Sustentável e do Painel Unificador das Favelas com colaboração de oito instituições.

Acesso em: [Justiça hídrica e energética nas favelas](#)

Cartilha “Tarifa Social de energia elétrica, essa política pública também é para mim?”

Realizada pelo Instituto Pólis e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), com apoio do Instituto Clima e Sociedade.

Acesso em [Precisamos falar sobre a Tarifa Social de Energia! - Instituto Pólis](#)

Curso Justiça Climática e infraestruturas urbanas.

Desenvolvido pelo Instituto Pólis, com apoio do Instituto Clima e Sociedade.

Acesso em: [confira a publicação de justiça climática e infraestruturas urbanas!](#)